

As mulheres negras no mercado de trabalho da RMPA: a sobreposição de discriminações

Irene Galeazzi*
Lúcia Garcia**

A relação social que define a inserção das mulheres negras na sociedade, como de resto a de todos os indivíduos, não é resultante de uma única ou principal determinação, e tampouco se exerce em um único espaço — escola, família, locais de trabalho. As relações de classe, sexo, etnia, dentre outras, organizam a totalidade das relações sociais e afetam todos os indivíduos, independentemente do espaço onde aconteçam. Em sua singularidade histórica, essas relações sociais expressam hierarquia e poder, assim como contradições, antagonismos e resistência aos determinantes das práticas sociais, num movimento permanente de mudança.

No caso das mulheres negras, além dos determinantes de classe, sua inserção social traduz a sobreposição da ausência de equidade entre os sexos com os padrões discriminatórios a que está sujeita toda a população negra na sociedade. Essa dupla determinação potencializa mecanismos de desigualdade, colocando essas mulheres na pior posição relativa frente aos outros grupos populacionais — homens negros e não negros e mulheres não negras. No mercado de trabalho, são elas que detêm as maiores taxas de desemprego e que permanecem por mais tempo desocupadas, e, quando obtêm trabalho, lhes são reservadas ocupações de menor qualidade, *status* e remuneração.

As mudanças que se operaram nos mercados de trabalho metropolitanos no Brasil, nos últimos 10 anos, assim como algumas conquistas que se efetivaram no bojo das lutas por equidade de oportunidades entre os cidadãos — as lutas das mulheres e dos afro-descendentes —, trouxeram novos contornos ao padrão de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho. Todavia poucos dos principais indicadores do mercado de trabalho regional revelam efetivos avanços na inserção laboral dessas mulheres.

De fato, em que pese a intensa incorporação de mulheres à força de trabalho ter se constituído em um dos fatos mais destacados desse período, o incremento verificado foi mais acentuado entre as mulheres não negras. Esse movimento, apesar de provocar uma aproximação das taxas de participação de negras e não negras, não alterou o fato da maior presença relativa das afro-descendentes no mercado de trabalho.

Essa maior presença relativa, no entanto, não tem garantido a essas mulheres condições mais favoráveis de inserção laboral. A exposição aos efeitos da dupla discriminação — de sexo e de cor — levou as mulheres negras a se constituírem no segmento mais exposto ao desemprego. O crescimento do desemprego verificado ao longo dos últimos 10 anos, embora tenha atingido todos os segmentos presentes no mercado de trabalho, foi especialmente nefasto às mulheres negras. Estas, que já detinham as taxas de desemprego mais elevadas, viram sua taxa média sofrer uma elevação de 38,6%, ampliando ainda mais a distância em relação às taxas específicas dos demais grupos.

O aprofundamento do desemprego entre as trabalhadoras negras apresentou como reverso uma diminuição em sua já pouco expressiva presença no contingente de ocupados. Adicionalmente, os impactos devastadores das mudanças operadas no mercado de trabalho regional ampliaram sobremaneira a presença de trabalhadoras negras inseridas em ocupações mais precarizadas e menos protegidas — nessa condição, encontra-se, aproximadamente, a metade dessas trabalhadoras em 2002.

* Socióloga da FGTAS.

** Economista do DIEESE.

Em conseqüência da inserção desigual e desvantajosa do contingente feminino afro-descendente, também os rendimentos do trabalho auferidos por essas mulheres têm se situado em patamar muito inferior ao dos demais grupos. Todavia, no período analisado, constatou-se que o crescimento generalizado nos rendimentos do trabalho foi mais substancial para as mulheres, especialmente para as mulheres negras. Com esse melhor desempenho, operou-se uma redução no diferencial de seus ganhos em relação aos rendimentos dos homens negros e não negros, mantendo-se a distância em relação às mulheres não negras.

O quadro desenhado pela evolução desses indicadores ao longo de 10 anos de mudanças substanciais no mercado de trabalho da RMPA desvenda a manutenção de uma realidade ainda muito dura para as trabalhadoras negras. O binômio desemprego e precarização da ocupação, marca dos mercados de trabalho metropolitanos nos últimos 10 anos, penalizou de forma especial essas trabalhadoras, intensificando desigualdades, inclusive no interior do segmento feminino da força de trabalho. Os ganhos obtidos no período, que se restringem à melhora nos rendimentos do trabalho, estão longe de reverter o padrão de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e na sociedade.

Nas seções que se seguem, esses aspectos ganham maior detalhamento analítico, no intuito de apreender a intensidade e os impactos dos processos discriminatórios que incidem sobre a população negra feminina, especificamente na RMPA.

Mulheres negras mantêm maior taxa de participação no mercado de trabalho metropolitano

A inserção das mulheres negras no mercado de trabalho metropolitano tem se caracterizado pela elevada participação relativa na PEA regional, principalmente na comparação com o contingente feminino não negro. Essa característica é fundamental para quantificar a importância do engajamento produtivo dessas mulheres e contraria a versão, ainda muito veiculada, de que negros não se dedicam ou não se dispõem a trabalhar. A persistência, sobretudo, de taxas de participação maiores para as mulheres negras evidencia uma associação entre a presença no mercado de trabalho e a realidade socioeconômica desfavorável a que está condicionada a maioria da população preta e parda no Brasil.

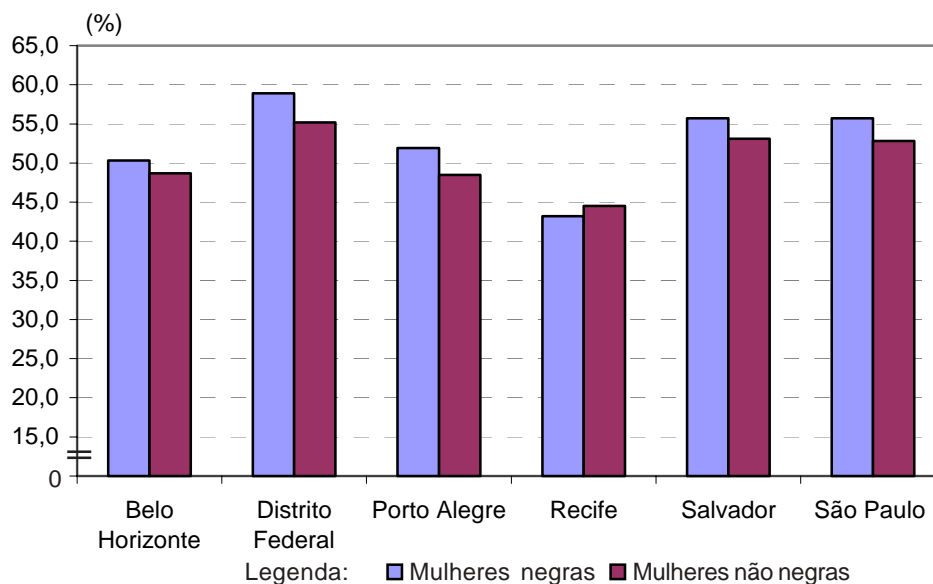
A taxa de participação — percentual da população com idade igual ou superior a 10 anos presente no mercado de trabalho, quer como ocupada, quer como desempregada — oscila no curto prazo, fundamentalmente, por razões conjunturais. Porém, no médio e no longo prazo, as pressões para entrar no mercado de trabalho devido às necessidades individuais de sobrevivência ou às responsabilidades com o provimento do grupo familiar tornam-se determinantes no comportamento desse indicador. No caso da parcela negra, a existência por longo período de taxas de participação em patamar elevado, inclusive quando se utilizam crivos de análise usuais em outros estudos sobre a discriminação, como escolaridade, idade e sexo, autorizam a se considerar a maior necessidade da população negra em participar do mercado de trabalho.

No comparativo com as demais áreas metropolitanas onde a PED é realizada, a situação da RMPA quanto a esse aspecto, em linhas gerais, não se diferencia. Os homens negros e não negros apresentam taxas de participação no mercado de trabalho em patamares similares e, independentemente do grupo de cor a que pertençam, mais elevadas do que as verificadas para o contingente feminino. Já, entre as mulheres, o comportamento segundo o agrupamento étnico é diverso. O engajamento relativo das negras na força de trabalho é substancialmente maior do que o das não negras.

Com relação a essa disparidade, cabe referir que Porto Alegre se destaca, situando-se entre as regiões com maiores diferenças na participação no mercado de trabalho local entre negras e não negras, precedida, apenas, pelo Distrito Federal. De fato, isso pode ser visto nos dados referentes ao primeiro semestre de 2002, quando mais da metade das mulheres negras, com idade igual ou superior a 10 anos na RMPA, estavam efetivamente engajadas no mercado de trabalho (51,9%), enquanto, entre as mulheres não negras, essa proporção era de 48,5% (Gráfico 1).

Gráfico 1

Taxas de participação feminina no mercado de trabalho, segundo a cor, por regiões metropolitanas — jan.-jun./02



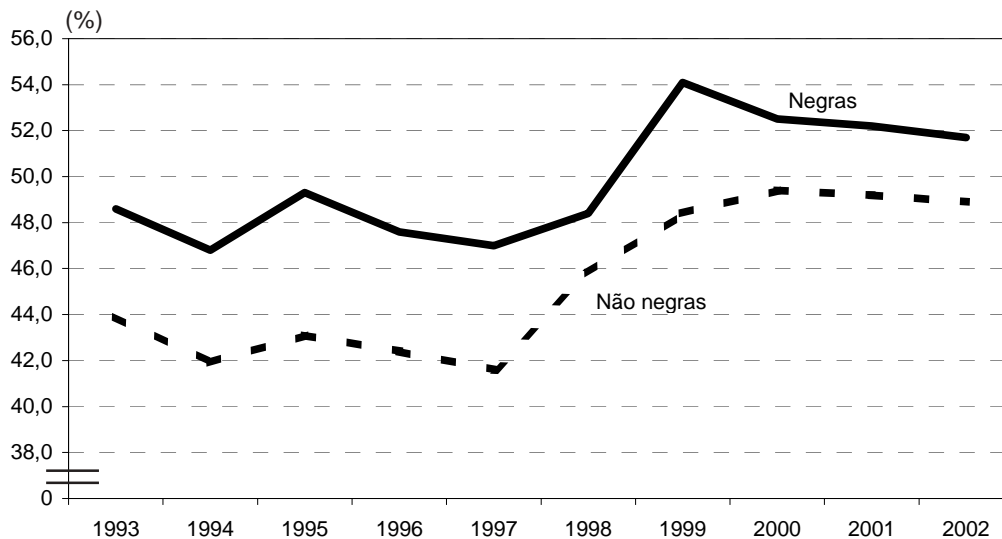
FONTE: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais.
PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

O exame da evolução das taxas anuais de participação no mercado de trabalho da RMPA entre 1993 e 2002 expressa a intensa ampliação da presença feminina na força de trabalho local. De fato, a incorporação de 196 mil mulheres à PEA metropolitana constituiu um dos fatos mais destacados desse período, que se caracterizou por importantes alterações na atividade produtiva. Contrariamente, no mesmo período, a participação da força de trabalho masculina reduziu-se, passando de 70,7% da PIA em 1993 para os 66,7% atuais.

Entretanto, agregando-se o enfoque de cor, esse movimento revela nuances. Entre os homens, verificou-se maior recuo na taxa de participação dos trabalhadores negros (-10,6%) face à dos não negros (5,1%). Para as mulheres, por sua vez, foi mais acentuada a elevação das taxas de participação das mulheres não negras, que experimentaram acréscimo de 11,4%, do que para as negras (6,4%). Com esse movimento, embora se mantenha a situação de maior presença relativa das afro-descendentes na PEA, ocorreu uma aproximação da inserção dos dois segmentos femininos no mercado de trabalho regional (Gráfico 2 e Tabela 38 do Anexo Estatístico).

Em 2002, das 1.733 mil pessoas que compunham a PEA regional, 97 mil eram mulheres negras, o que correspondia a 5,6% dos trabalhadores engajados quer no exercício de alguma atividade produtiva, quer na procura por trabalho. Porém, quando essa força de trabalho é analisada quanto a sua inserção ocupacional, revela-se um contexto de maiores dificuldades para esse segmento da população na obtenção de uma ocupação (Tabela 37 do Anexo Estatístico).

Taxas de participação feminina no mercado de trabalho, segundo a cor, na RMPA — 1993/02



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio RMPA.

NOTA: Os dados de 2002 referem-se ao período jan.-set.

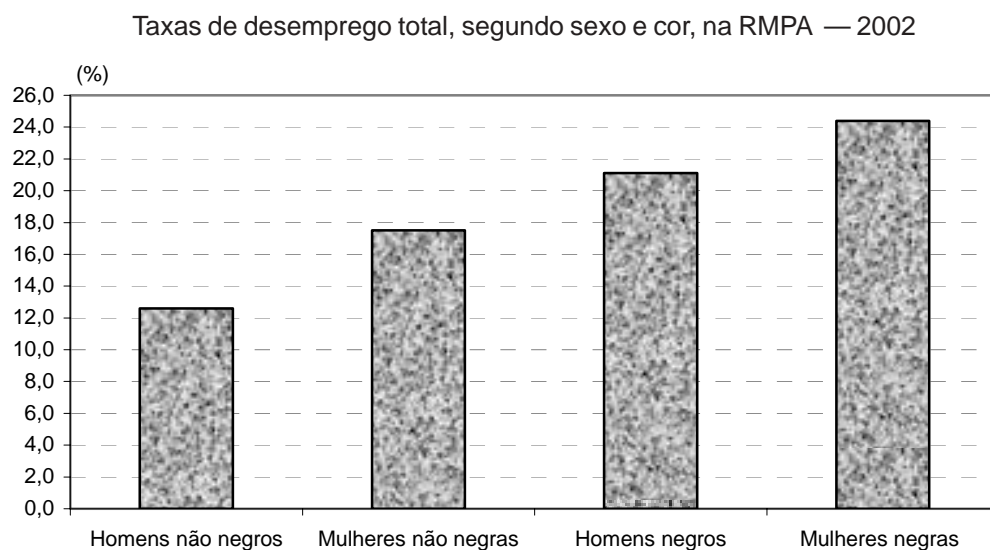
Desemprego entre as mulheres negras experimenta notável crescimento

A despeito de apresentar taxas de participação superiores ao segmento das mulheres não negras, na vivência das afro-descendentes no mercado de trabalho esse esforço não necessariamente se traduz em sucesso. Ao contrário, ao sofrerem com os efeitos potencializados de dupla discriminação de gênero e de etnia, as mulheres negras constituem o segmento mais atingido pelo desemprego.

Para contextualizar essa situação, em primeiro lugar, é necessário reconhecer que, ao se considerar o atributo cor, as taxas médias de desemprego verificadas ao longo da série da PED-RMPA, além de se situarem em patamares muito diferenciados, evoluíram com intensidade dramaticamente distinta nos últimos 10 anos.

De fato, em 2002, a taxa de desemprego total verificada para a população negra era de 22,7% dessa respectiva PEA, enquanto a dos trabalhadores não negros era de 14,8%. Por outro lado, ao se analisar o período 1993/02, constata-se que o crescimento do desemprego, embora tenha repercutido na taxa de todos os segmentos populacionais, atingiu mais intensamente a força de trabalho negra, expandindo em mais de um terço a taxa total para esse segmento (35,1%). Tal fenômeno, que aprofundou ainda mais as desigualdades raciais preexistentes no mercado de trabalho metropolitano, ocorreu tanto para a população masculina quanto para a feminina. Todavia, notadamente, foi mais acentuado entre as negras, que já detinham as taxas de desemprego mais elevadas entre os grupos populacionais analisados (Tabela 39 do Anexo Estatístico).

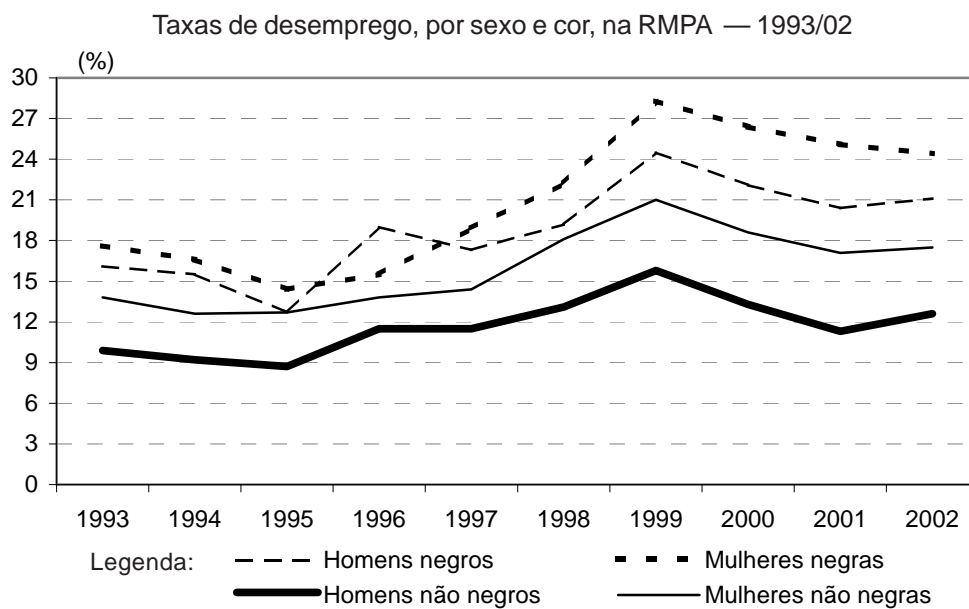
Gráfico 3



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Os dados de 2002 referem-se ao período jan.-set.

Gráfico 4



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Os dados de 2002 referem-se ao período jan.-set.

Mulher e Trabalho _____

Nos últimos 10 anos, a taxa média de desemprego das mulheres negras sofreu uma elevação de 38,6%, passando dos 17,6% da PEA observados em 1993 para os 24,4% atuais. Considerando-se os outros segmentos de sexo e cor, essa foi a maior elevação observada, e a taxa dessas mulheres, a mais alta. De fato, já em relação às mulheres não negras, observa-se importante diferença de patamar: a taxa de desemprego desse segmento foi de 17,5% da respectiva PEA em 2002. É na comparação com os homens não negros, no entanto, que essa diferença alcança sua maior expressão: mesmo com o crescimento de 27,3%, verificado entre 1993 e 2002, a taxa de desemprego dos homens não negros atingiu um valor inferior à metade da taxa das mulheres negras (12,6%).

Outro indicador que expressa a vulnerabilidade ao desemprego é o tempo médio despendido pelo conjunto dos desempregados na procura por trabalho, cuja notável ampliação, nesse período, também atingiu todos os segmentos. Essa expansão, todavia, longe de ter sido homogênea, ocorreu em maior medida para os trabalhadores negros, especialmente para as mulheres, enquanto o menor crescimento ocorreu para os homens não negros.

Para a parcela negra dos desempregados, esse indicador alcançou o elevado patamar de 46 semanas em 2002, com o acréscimo de 23 semanas em relação a 1993. Entre as desempregadas negras, o crescimento de 25 semanas fez com que dobrasse seu tempo médio de procura, atingindo o patamar de 50 semanas. Em melhor posição quanto a esse indicador, encontram-se os homens não negros desempregados, cujo tempo médio de procura passou de 22 para 41 semanas (Tabela 40 do Anexo Estatístico).

Presença de mulheres negras na ocupação diminui e se precariza

A contrapartida à maior exposição ao desemprego se traduz na pequena presença de mulheres negras entre os trabalhadores ocupados na RMPA. Esse fato se agravou ao longo dos últimos 10 anos, reduzindo ainda mais essa proporção. Conforme os dados da PED-RMPA, as mulheres negras vêm constituindo a menor parcela do segmento de ocupados da Região desde o início da série: em 1993, elas representavam apenas 5,6% do total de ocupados, proporção que se reduziu para 5,1% ao chegar a 2002, constituindo um contingente de 74 mil ocupadas. Essa diminuta presença no conjunto de ocupados se repete quando é examinada a distribuição setorial da ocupação segundo cor e sexo, sendo que, em alguns setores, sua presença é ainda menor, como no comércio e na indústria (3,2% e 2,3%, respectivamente, em 2002). Apenas no emprego doméstico, pode ser observada uma presença mais expressiva de mulheres negras entre os ocupados: 22,1% em 2002.

Mesmo neste último setor, no entanto, a diminuição da ocupação total verificada entre essas mulheres ao longo do período analisado provocou forte redução na proporção de negras aí ocupadas: no início da série (1993), observava-se um percentual mais elevado de negras entre os empregados domésticos (28,1%). Em quase todos os outros setores de atividade, também ocorreu diminuição da participação das mulheres negras no contingente de ocupados. A exceção foi o comércio, no qual as negras mantiveram sua participação em 3,2% do total de ocupados (Tabela 45 do Anexo Estatístico).

A composição setorial da ocupação das mulheres negras não difere do padrão verificado para o conjunto de ocupados da RMPA no que diz respeito à maior concentração no setor serviços, embora essa concentração apresente magnitude inferior à dos outros segmentos (homens negros e não negros e mulheres não negras). Em 1993, a parcela inserida nesse setor da economia correspondia a 46,2% das negras ocupadas e a 48,7% das não negras ocupadas. A parcela de trabalhadoras ocupadas no setor serviços aumentou sua proporção ao longo da série, atingindo 49,0% das negras ocupadas e 53,9% das não negras ocupadas em 2002. No entanto, em relação à ocupação nos demais setores econômicos, há diferenças importantes: entre as negras, o emprego doméstico destacava-se já em 1993, absorvendo 30,6% dessas mulheres, enquanto, na indústria (13,8%) e no comércio (9,2%), observavam-se percentuais bem inferiores no mesmo período. Já entre as

mulheres não negras, estes dois últimos setores tinham peso maior — a indústria ocupava 21,9% dessas mulheres, e o comércio, 16,6% —, enquanto o emprego doméstico ocupava apenas 12,1% delas.

As mudanças que se processaram no mercado de trabalho, nos últimos 10 anos, alteraram a composição setorial da ocupação tanto das mulheres negras quanto das não negras. A redução dos postos de trabalho industriais afetou a ambos os contingentes: a proporção de ocupadas na indústria caiu, em 2002, para 8,6% entre as negras e para 14,8% entre as não negras. Em consequência, o comércio e os serviços ampliaram sua participação relativa na absorção de mulheres: a ocupação de mulheres no comércio passou a responder por 10,2% do contingente de negras ocupadas e a 16,8% de não negras. Quanto ao emprego doméstico, a parcela de mulheres que se ocupavam nesse setor passou a corresponder a 31,6% do total de negras ocupadas e a 13,7% do total da ocupação de mulheres não negras.

Estudos sobre a população negra brasileira têm destacado uma considerável distância entre os níveis de escolaridade dessa população frente à população não branca, devido, muito provavelmente, às restrições de acesso à escola e à necessidade de entrada precoce dessa população no mercado de trabalho. Essa discrepância perpassa todos os segmentos da força de trabalho, evidenciando-se, também, entre as mulheres.

Embora a escolaridade tenha aumentado expressivamente para o conjunto da população nestes últimos 10 anos, persiste uma diferença educacional importante ao se considerar o contingente feminino ocupado, com desvantagem para as mulheres negras: em 2002, enquanto 52,1% das não negras possuíam pelo menos o ensino médio completo, entre as negras, o segmento que se situava nessa faixa de escolaridade correspondia a, apenas, 21,7% do total das mulheres negras ocupadas. Estas apresentavam, majoritariamente, nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental incompleto (43,0%).

Se se considerar que a educação tem se constituído em um atributo cada vez mais indispensável na conquista de um posto de trabalho, não é difícil concluir que as mulheres negras, em maior medida do que as não negras, estão destinadas à obtenção de postos de trabalho menos valorizados, com menor *status* e menores ganhos monetários. Isso se expressa, por exemplo, na relevância do emprego doméstico para esse grupo, uma atividade laboral em que se exige menor qualificação; em contrapartida, os rendimentos ficam restritos a um intervalo muito próximo do salário mínimo, e os direitos garantidos por lei são mais restritos.

Como ocorre para o conjunto dos ocupados, a forma de inserção ocupacional que agrega o maior número de mulheres negras é o emprego assalariado, ainda que em menor medida do que os outros segmentos (homens negros e não negros e mulheres não negras). Entre essas, o emprego assalariado representava, em 1993, 57,2% das ocupadas, enquanto, entre as mulheres não negras, representava 64,7%. Com a retração ocorrida no emprego assalariado nos últimos 10 anos, a parcela de assalariadas não negras diminuiu, passando a representar 63,6% do total de ocupadas em 2002; entre as mulheres negras, essa parcela manteve sua proporção praticamente inalterada (57,1%). Cumpre salientar que é nessa forma de inserção ocupacional que as mulheres apresentam o menor diferencial de rendimentos relativamente ao dos homens (Tabela 46 do Anexo Estatístico).

Além do assalariamento, tem especial relevância para as mulheres negras o emprego doméstico, o qual, mesmo quando regulamentado — contrato registrado na carteira de trabalho —, não estende ao trabalhador, na íntegra, o conjunto de direitos trabalhistas vigentes na sociedade e oferece salários que, em geral, variam numa estreita faixa, muito próxima ao salário mínimo. Se ao contingente empregado nos serviços domésticos se somar a parcela de mulheres negras assalariadas que não têm carteira de trabalho assinada e as trabalhadoras autônomas que, em sua maioria, trabalham sem nenhum tipo de proteção legal ou previdenciária, chega-se a uma proporção muito alta de negras que estão inseridas em ocupações marcadas por algum grau de precarização: em 1993, essa proporção era de 45,3% — entre as não negras era de 31,5%. Essa já elevada inserção em ocupações mais precarizadas se ampliou durante o período analisado, pois o processo de precarização da ocupação constituiu-se numa das características mais fortes do mercado de trabalho nos anos 90, atingindo o conjunto dos trabalhadores. Em 2002, 47,9%, ou seja, quase a metade das

trabalhadoras negras, encontravam-se ocupadas em atividades dessa natureza. Entre as não negras, esse percentual também se ampliou, porém manteve-se em patamar inferior ao verificado entre as negras: 35,6%.

Outro aspecto que expõe a inserção desigual e desvantajosa das negras na ocupação diz respeito à segregação em ocupações de menor *status*, menos qualificadas e, de modo geral, pior remuneradas. A análise dos resultados da PED-RMPA, no período em análise, mostrou que a grande maioria dessas mulheres estava ocupada em atividades de execução ou apoio (85,2% em 2002). A presença de trabalhadoras negras no segmento de ocupações de direção e planejamento é praticamente inexistente, enquanto aí se encontravam ocupadas 14,7% das mulheres não negras em 2002.

Rendimentos das trabalhadoras negras cresce e reduz o diferencial entre os sexos

Como resultado da inserção ocupacional mais precária experimentada pelas mulheres negras, o nível dos rendimentos do trabalho por elas auferidos também se situa em patamar inferior ao dos demais grupos. Tomando-se o primeiro ano da série, 1993, pode-se observar que as mulheres negras auferiram rendimentos que correspondiam a, apenas, 41,9% dos rendimentos dos homens não negros, a 63,7% dos rendimentos das mulheres não negras e a 67,7% dos ganhos dos homens negros (Tabelas 47 e 48 do Anexo Estatístico).

Nos últimos 10 anos, o rendimento anual médio dos ocupados na RMPA apresentou pequeno crescimento para ambos os sexos, porém em maior medida para as mulheres (12,0%) do que para os homens (1,9%). Esse movimento acabou resultando em ligeira melhoria na histórica defasagem dos ganhos entre os dois segmentos de trabalhadores, passando as mulheres a perceberem, em média, 71,7% do que recebia a parcela masculina ocupada.

Acrescida ao recorte de gênero, a distinção de cor revela que, no período em análise, os incrementos observados na renda do trabalho foram mais acentuados para indivíduos negros (5,6%) do que para os não negros (2,8%). Dentre os negros, por sua vez, o maior crescimento foi observado no rendimento das mulheres (10,6%), cujo valor médio passou a corresponder a R\$ 408,00 em 2002.

Com esse movimento mais favorável às mulheres negras, os diferenciais de rendimento alteraram-se, não superando, todavia, o padrão de desigualdade que as coloca na pior posição relativa quanto aos ganhos do trabalho. O aumento verificado no rendimento das trabalhadoras negras permitiu uma maior aproximação aos ganhos dos homens, tanto negros quanto não negros, ampliando-se, no entanto, o diferencial em relação às mulheres não negras. Em 2002, o rendimento das negras passou a corresponder a 45,9% do rendimento dos homens não negros, a 63,5% dos ganhos das mulheres não negras e a 71,5% dos homens negros.

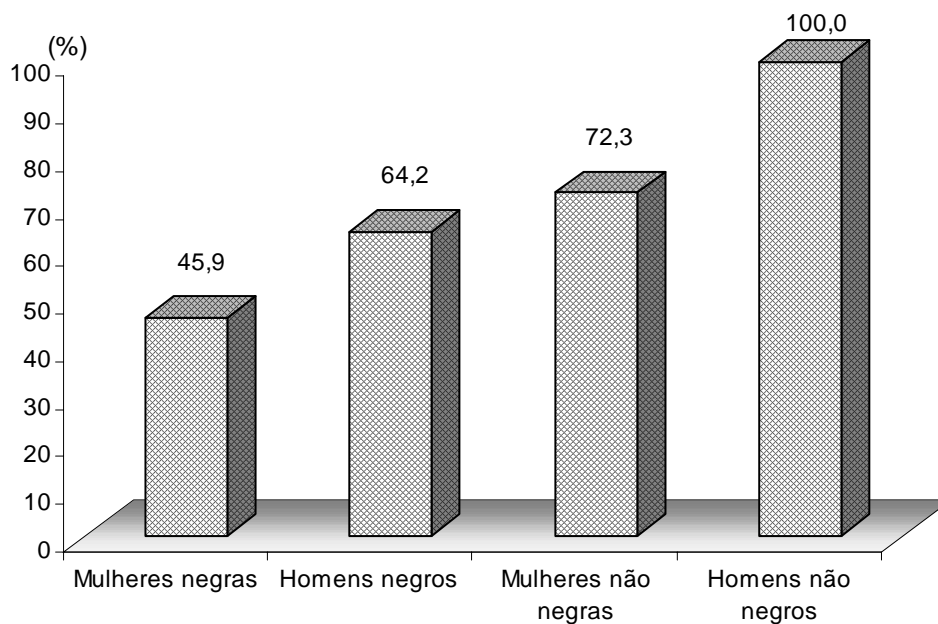
Considerando os ganhos do trabalho segundo estratos de salário mínimo (SM), observa-se que, em 2002, aproximadamente a metade das mulheres auferiu ganhos que não ultrapassavam dois salários mínimos (8,0% ganharam até um SM e 41,9% entre um e dois SMs), enquanto apenas 27,3% dos homens obtiveram rendimentos situados nesse mesmo estrato. Entre as mulheres negras, constata-se a situação mais grave: 65,5% delas auferiram rendimentos que atingiram, no máximo, dois salários mínimos, sendo que 11,0% receberam até um SM. Rendimentos mais elevados, superiores a cinco SMs, praticamente inexistem entre as trabalhadoras negras, enquanto, entre as não negras, 20,4% auferiram rendimentos situados acima desse valor (Tabela 49 do Anexo Estatístico).

Como mostram esses indicadores, as mulheres negras constituem o grupo populacional mais vulnerável no mercado de trabalho. Esse fato, por si só perverso, assume proporções sociais graves quando são considerados o maior grau de dependência ao mercado de trabalho por parte da população negra e o número crescente de mulheres que assumem a chefia da família. Por esse conjunto de fatores, não só as mulheres

negras, mas todos os que delas dependem, sofrem os efeitos dos mecanismos discriminatórios presentes na sociedade e que se reproduzem no mercado de trabalho, aprofundando os processos de pobreza e exclusão social a que está exposta, em maior medida, essa população.

Gráfico 5

Proporção do rendimento médio das mulheres negras, dos homens negros e das mulheres não negras em relação ao rendimento médio dos homens não negros na RMPA — 2002



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: Dados com base na média do período jan.-ago./02.

Bibliografia

DIA Nacional da Consciência Negra 13 de dezembro 2002. **Boletim Dieese**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/especial.html>

